

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Administrativo do Instituto Municipal de Previdência de São Jose do Rio Pardo. Aos vinte e oito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte às dezessete horas e trinta minutos, na sede do ROTARY CLUB, localizado à Av. João Batista Junqueira, nº 217 no Centro, nesta cidade de São José do Rio Pardo, reuniu-se ordinariamente o Conselho Administrativo sob a presidência do Sr. Hélio Escudero, estando presentes os seguintes conselheiros: Dr. Alcides Tiezzi; Antônio Carlos Jardim; Bruna Braz Bocamino Tomé; Carlos Henrique da Trindade; Cleonice Aparecida Ludovique Callegari; Francisco Carlos de Oliveira; Hamilton Torres; José Humberto Tardelli; Lúgia Assumpção Fernandes Nóbrega; Marco Antônio Gumieri Valério; Maria Cristina Silvério; Monise Zanetti Massaro; Regina Marcia Braz Bocamino; Velmor Baldassim e Carlos Alberto Ferreira da Silva Rodrigues. Havendo número legal de participantes o Sr. Presidente declarou aberta a reunião e apresentou a pauta do dia. 1 – Análise dos Balancetes dos meses de janeiro/fevereiro; março/abril e maio/junho de 2020, com pareceres favoráveis do Conselho Fiscal; o Sr. Presidente deixou aberto para que os conselheiros tirassem suas dúvidas. As receitas do mês de janeiro/2020 no valor R\$ 6.085.085,89 e do mês de fevereiro/2020 no valor de R\$ 3.637.129,14 e as despesas do mês janeiro/2020 no valor de R\$ 2.452.962,98 e do mês de fevereiro/2020 no valor de R\$ 3.356.605,80 e saldos bancários de janeiro/2020 de R\$ 240.760.333,06 e do mês de fevereiro/2020 no valor de R\$ 241.040.586,40. Sobre o informativo entregue aos conselheiros, tem-se o número de beneficiários de aposentadorias de janeiro, sendo 605, e 614 em fevereiro, e de pensionista de janeiro 142 e em fevereiro 142, totalizando em janeiro 747 beneficiários e 756 beneficiários em fevereiro; em relação as contribuições de inativos de janeiro tem-se R\$ 3.676.140,91 e R\$ 1.125.468,15 em fevereiro e as despesas de inativos foi de R\$ 2.244.509,52 em janeiro e R\$ 2.416.372,68 em fevereiro, totalizando em janeiro R\$ 1.431.631,39 e em fevereiro (- R\$ 1.290.904,53); a compensação previdenciária de janeiro foi no valor de R\$ 180.251,06 e em fevereiro no valor de R\$ 164.405,90. Os balancetes de março e abril de 2020, sendo as receitas do mês de março/2020 no valor R\$ 2.459.911,18 e do mês de abril/2020 no valor de R\$ 5.101.993,53 e as despesas do mês março/2020 no valor de R\$ 12.034.955,03 e do mês de abril/2020 no valor de R\$ 2.901.240,59 e saldos bancários de março/2020 de R\$ 231.465.812,55 e do mês de abril/2020 no valor de R\$ 233.666.565,49. Em relação ao informativo entregue aos conselheiros, tem-se o número de beneficiários de aposentadorias de março 605 e 614 em abril, e 142 pensionista em março e em abril, totalizando em março 747 beneficiários e 756 beneficiários em abril; em relação as contribuições de inativos de março tem-se R\$ 1.134.102,76 e R\$ 1.166.329,30 em abril e as despesas de inativos foi de R\$ 2.377.215,52 em março e R\$ 2.378.407,18 em abril, totalizando em março (- R\$ 1.243.112,76) e em abril (- R\$ 1.212.077,88); inexistindo compensação previdenciária em março e em abril foi no valor de R\$ 357.375,51. Os balancetes de maio e junho de 2020, sendo as receitas do mês de maio/2020 no valor R\$ 5.569.716,09 e do mês de junho/2020 no valor de R\$ 5.299.982,35 e as despesas do mês maio/2020 no valor de R\$ 2.913.716,23 e do mês de junho/2020 no valor de R\$ 2.913.731,56 e saldos bancários de maio/2020 de R\$ 236.322.565,35 e do mês de junho/2020 no valor de R\$ 238.708.816,14. Quanto ao informativo, tem-se o número de beneficiários de aposentadorias de maio 616 e 614 em junho, e 144 pensionista em maio e em junho, totalizando em maio 760 beneficiários e

758 beneficiários em junho; em relação as contribuições de inativos de maio tem-se R\$ 759.683,94 e R\$ 710.961,56 em junho e as despesas de inativos foi de R\$ 2.388.540,84 em maio e R\$ 2.387.438,43 em junho, totalizando em maio (- R\$ 1.628.856,90) e em junho (- R\$ 1.676.476,87); a compensação previdenciária em maio foi de R\$ 178.718,87 e em junho foi no valor de R\$ 178.718,87. A Sra. Cleonice questionou sobre a baixa nas receitas, sendo explicado pelo Sr. Eduardo que esta queda se deu em razão do novo vírus Covid-19 e o atual cenário em que estamos vivendo. Em seguida, os balancetes de janeiro/fevereiro de 2020, março/abril de 2020 e maio/junho de 2020 após apreciação e análise pelos conselheiros foram aprovados por unanimidade. 2 – Foi apresentado os relatórios dos investimentos do 1º e 2º trimestres de 2020. O relatório do primeiro trimestre que foi enviado aos conselheiros, traz a informação que o Comitê de Investimentos do IMP de São José do Rio Pardo em seu relatório trimestral de 2020 manifestou-se: “Em janeiro/2020 o mercado financeiro brasileiro teve comportamento misto. A rentabilidade dos principais índices foram: IMA-B (0,26%), IRF-M (0,88%), IBOVESPA (-1,63%) e IDIV (-1,58%). No cenário financeira global as atenções estão voltadas para a China e o surto de um novo vírus (Covid-19), as principais preocupações atualmente são: 1 - possibilidade de o surto chinês virá uma epidemia global, afetando a população de vários países; e 2 – O impacto que esse surto chinês irá causar na economia global, seja pelo aumento da aversão a risco, seja pela interrupção das cadeias de produção global, dado que a China é o maior país exportador de manufaturas e eletrônicos. Os efeitos desse surto já estão sendo sentidos nos mercados globais, com o aumento da volatilidade dos ativos financeiros e a desvalorização das moedas locais frente ao dólar”. “Em fevereiro/2020, o cenário financeiro global e doméstico todas as atenções estão voltadas para o surto do Covid-19, que está aparentemente controlado nos países asiáticos, mas vive o pico nos países ocidentais, com destaque, nesse momento, para os países Europeus (em especial Itália, Espanha e Alemanha). No Brasil o índice IBOVESPA perdeu um pouco mais de 40% do seu valor máximo no ano e o dólar bateu em R\$ 5,20. Esse momento é de cautela extrema e evitar a tomada de decisões precipitadas, sob pena de ‘deixar dinheiro na mesa’”. “Em março/2020, o Covid-19, que está aparentemente controlado nos países asiáticos, apesar de esses estarem receosos com uma ‘segunda onda’, mas vive o pico nos países ocidentais, com destaque, nesse momento, para os Estados Unidos. Na Europa, principalmente, na Itália e na Espanha, a pandemia dá mostras de ter atingido o pico, porém o número de novos casos e de mortes ainda não dá sinais consistentes de diminuição”. Assim, o Comitê de Investimentos do RPPS de São José do Rio Pardo, analisou o relatório do 1º trimestre de 2020 da carteira de investimentos com as seguintes pontuações: “1 – Diante do cenário atual que a economia mundial vêm passando com a crise, não há aberturas para realocações nos investimentos com a enorme desvalorização das ativos financeiros. 2 – A carteira do IMP foi ajustada com fundos de gestão ativa, onde os gestores mudam suas estratégias com mais agilidade e o efeito da volatilidade é minimizado. 3 – Aprovada a diversificação em fundos de renda variável com aportes mensais com o saldo do COMPREV, com queda no IBOVESPA o efeito no longo prazo será de criar oportunidades de adquirir cotas mais baratas no mercado. Por fim, o Comitê de Investimentos do RPPS de São José do Rio Pardo, manterá a estratégia visando o longo prazo, aguardando a retomada dos principais papéis como os IMA-Bs e o IBOVESPA,

ativos alinhados na busca do cumprimento de meta atuarial". No relatório do 1º trimestre a Renda Fixa de 98,42%, está distribuída no art. 7º, I, alínea b (Fundos 100% Título Públicos) a volatilidade a.a. 7,08%, a rentabilidade mês -3,42%, a rentabilidade trim. -2,45% e totalizando o valor de R\$ 171.795.358,45, 74,22% da carteira; art. 7º, IV, alínea a (Fundos de Renda Fixa), a volatilidade a.a. 4,92%, a rentabilidade mês -2,27%, a rentabilidade trim. -1,41% e totalizando o valor de R\$ 48.415.742,50, 20,92% da carteira; e art. 7º, VII, alínea b (Fundos Renda Fixa "Crédito Privado"), a volatilidade a.a. 4,08%, a rentabilidade mês -2,03%, a rentabilidade trim. -0,90% e totalizando o valor de R\$ 7.590.761,80, 3,28% da carteira; em relação a renda variável, art. 8º, I, alínea a (Fundos de ações referenciados) do Itaú, a volatilidade a.a. foi de 40,78%, a rentabilidade mês -29,98%, a rentabilidade trim. -36,90%, totalizando o valor de R\$ 1.194.918,95, 0,52% da carteira; e art. 8º, II, alínea a (Fundos de ações), a volatilidade a.a. foi de 39,63%, a rentabilidade mês -29,25%, a rentabilidade trim. -35,10%, totalizando o valor de R\$ 2.456.607,37, 1,06% da carteira. Em relação ao relatório do segundo trimestre, a Renda Fixa 97,73%, distribuída no art. 7º, I, alínea b (Fundos 100% Título Públicos) a volatilidade a.a. 7,93%, a rentabilidade mês 1,32%, a rentabilidade trim. 3,83% e totalizando o valor de R\$ 178.382.580,96, 74,73% da carteira; art. 7º, IV, alínea a (Fundos de Renda Fixa), a volatilidade a.a. 5,76%, a rentabilidade mês 1,08%, a rentabilidade trim. 2,92% e totalizando o valor de R\$ 47.031.292,38, 19,70% da carteira; e art. 7º, VII, alínea b (Fundos Renda Fixa "Crédito Privado"), a volatilidade a.a. 4,44%, a rentabilidade mês 0,98, a rentabilidade trim. 3,62% e totalizando o valor de R\$ 7.865.172,94, 3,30% da carteira; em relação a renda variável, art. 8º, I, alínea a (Fundos de ações referenciados) do Itaú, a volatilidade a.a. foi de 43,71%, a rentabilidade mês 8,73%, a rentabilidade trim. 30,12%, totalizando o valor de R\$ 1.825.724,83, 0,76% da carteira; e art. 8º, II, alínea a (Fundos de ações), a volatilidade a.a. foi de 39,60%, a rentabilidade mês 6,92%, a rentabilidade trim. 24,40%, totalizando o valor de R\$ 3.582.831,09, 1,50% da carteira. O relatório do 1º e 2º trimestre foi colocado em votação e aprovado por unanimidade.

3 – Sugestão do Comitê de Investimento para elevar o recurso do Plano de Contingência destinado para folhas de pagamentos dos aposentados e pensionistas do IMP. O Sr. Presidente convidou o Sr. Eduardo para comentar sobre a sugestão. O Sr. Eduardo informou que no primeiro trimestre estávamos no negativo e que no segundo trimestre este cenário modificou-se. Também explicou que a Prefeitura Municipal está em atraso e o recurso que estava na reserva de investimento está sendo utilizado, prevendo-se que precisará de verba para cumprir os pagamentos até o final do ano. Sendo informado que no Banco do Brasil tem-se um fundo BB Previdenciário RF IDKA-2 com saldo aproximado de 17.500 milhões, que está rendendo 2,88% em 6 meses e 8,18 em 12 meses, e a aplicação do Banco do Bradesco FI RF IDKA-2 PRÉ está rendendo 6,50% em 6 meses e 11,48% em 12 meses. Sendo a sugestão o resgate total do recurso do Banco do Brasil para o Banco Bradesco, tendo em vista que a rentabilidade no Banco Bradesco está maior e precisará de aproximadamente 10 milhões para pagar os aposentados até dezembro com o décimo terceiro. Assim, a sugestão do Comitê de Investimento é a realocação entre fundos de investimentos para folhas de pagamentos, com o resgate total do fundo do Banco do Brasil, transferindo para o Banco do Bradesco. Após apreciação e análise pelos conselheiros foi aprovado por unanimidade.

4 – Assuntos diversos: O Sr. Presidente

informou que a Sr. Ana Alice solicitou a saída do Comitê de Investimento e o próximo indicado irá ocupar seu lugar. 5 - Foi apresentado o balanço orçamentário de 2019, sendo a receita prevista no valor de R\$ 32.603.000,00 e a receita arrecadada foi no valor de R\$ 27.018.125,27, tendo uma arrecadação a menor no valor de R\$ 5.584.874,73, sobre as despesas, a prevista foi no valor de R\$ 32.603.000,00 e a paga no valor de R\$ 27.504.534,02, tendo uma economia de dotação no valor de R\$ 5.098.465,98 e um déficit no valor de (- R\$ 486.408,75), quanto ao balanço financeiro, a receita orçamentária foi no valor de R\$ 27.018.125,27, a receita extra orçamentária no valor de R\$ 32.356.157,95, sendo o saldo do exercício anterior no valor de R\$ 209.637.949,23, a despesa orçamentária foi no valor de R\$ 27.504.534,02 e a despesa extra orçamentária no valor de R\$ 4.379.488,28, sendo o saldo do exercício de 2018 no valor de R\$ 237.128.210,15, a capitalização de recursos foi no valor de R\$ 27.490.260,92, em relação ao balanço patrimonial, de ativos tem o banco conta movimento no valor de R\$ 72.878,33, banco conta aplicação no valor de R\$ 237.055.331,82, totalizando o bancário no valor de R\$ 237.128.210,15, os bens imóveis no valor de R\$ 350.000,00, bens móveis R\$ 28.819,00, totalizando o imobilizado no valor de R\$ 378.819,00, os parcelamentos da prefeitura no valor de R\$ 36.949.076,95, parcelamento do DEC no valor de R\$ 1.079.647,62, parcelamento da FEUC no valor de R\$ 1.327.158,80, totalizando os parcelamentos no valor de R\$ 39.355.883,37, sendo os créditos a curto prazo no valor de R\$ 3.691.447,78, tendo o total de ativo no valor de R\$ 280.554.360,30 e no passivo as provisões matemáticas a longo prazo no valor de R\$ 349.377.789,92, tendo como total do passivo o valor de R\$ 349.377.789,92 e um déficit patrimonial no valor de (-R\$ 68.823.429,62), o valor dos bens móveis em 31/12/2018 no valor de R\$ 28.304,91, de bens adquiridos no exercício de 2019 no valor de R\$ 5.564,69, e o valor da depreciação dos bens no valor de R\$ 6.651,55, sendo o valor total dos bens em 31/12/2019 no valor de R\$ 28.819,00. Os balanços orçamentário, financeiro e patrimonial de 2019 foram colocados em votação e aprovados por unanimidade. 6 – O Sr. Presidente falou sobre a mudança da alíquota que foi para a Câmara Municipal e o pedido de devolução do precatório que está sendo solicitado pelo Executivo Municipal, sendo convidado o Sr. Fabiano para comentar sobre os assuntos. O Sr. Fabiano falou sobre o PL que majorava a alíquota de contribuição da Prefeitura e dos servidores públicos, em razão da determinação da Emenda Constitucional nº 103/2019, sendo o aumento do Executivo de 14,29% para 19,30% e dos servidores de 11% para 14%, sendo aprovado pela Câmara Municipal, vigorando a partir de novembro de 2020, e em seguida o Executivo enviou um PL sobre a possibilidade de suspensão do pagamento de parcelamentos e de contribuição de março a dezembro, aproximadamente R\$ 6.875.963,48 de contribuição patronal e R\$ 4.213.053,24 de parcelamento, sendo este projeto rejeitado. O Sr. Fabiano disse que já notificou o Executivo sobre as contribuições em atraso de março, abril e maio, e caso continue a falta de pagamento, novas providências devem ser tomadas. Também informou que foi entregue a avaliação atuarial do IMP, que teve um aumento significativo, isso em razão do aumento de salário de servidores, e demais quesitos, demonstrando que em 2036 os recursos financeiros do IMP chega ao fim. 7 - Outro assunto para conhecimento do Conselho é o Decreto com data do dia 05 de maio de 2020, o qual as autarquias devem ressarcir o município sobre os valores que foram pagos pelo Executivo de precatórios, depositando na conta judicial da Prefeitura o valor

de 187 mil, valor que foi atualizado. O Sr. Fabiano disse que a Procuradoria do IMP analisou se o Executivo poderia estar fazendo isso por meio de Decreto, sendo o parecer da procuradora do IMP que existe esta possibilidade, porém em relação a atualização, a sugestão do Sr. Fabiano é devolver para o município, pois o Decreto não prevê a atualização, sendo aproximadamente 20 mil de atualização. Nada mais havendo a tratar o Sr Presidente encerrou a reunião agradecendo a presença de todos. Eu Monise Zanetti Massaro, digitei a presente ata que após lida e aprovada vai assinada por mim e demais conselheiros presentes. _____

01- Alcides Tiezzi: _____

02- Antônio Carlos Jardim: _____

03- Bruna Braz Bocamino Tomé: _____

04- Carlos Henrique da Trindade: _____

05- Cleonice Aparecida Ludovique Callegari: _____

06- Francisco Carlos de Oliveira: _____

07- Hamilton Torres: _____

08- Hélio Escudero: _____

09- José Humberto Tardelli: _____

10- Lígia Assumpção Fernandes Nóbrega: _____

11- Marco Antônio Gumieri Valério: _____

12- Maria Cristina Silvério: _____

13- Regina Marcia Braz Bocamino: _____

14- Velmor Baldassim: _____

15- Carlos Alberto Ferreira da Silva Rodrigues: _____